



21 de outubro de 2025 | nº 124

Reforma Administrativa: Ataque ao Estado, aos Servidores e à População



Imagem meramente ilustrativa: Reprodução

VEJA NESTA EDIÇÃO*em Destaque*

- Substituição da Estabilidade por Lógica Empresarial
- Extinção de Direitos e Achatamento Salarial
- Criação de Barreiras para Concursos e Incentivo à Terceirização

REFORMA ADMINISTRATIVA

em Destaque

Discurso de modernização, mas extinção de carreiras na prática

A Reforma Administrativa se apresenta como modernização e combate a privilégios, mas encobre um programa permanente de contenção de gastos acima dos direitos dos servidores públicos.

Sob o discurso de eficiência e meritocracia, ela **achata carreiras, reduz drasticamente os concursos e fragiliza a estabilidade**, deslocando para dentro do Estado a lógica empresarial do mercado: metas, bônus e gestão por resultados financeiros com avaliações subjetivas que promoverão ainda mais perseguições e competição danosa entre servidores.

O objetivo não é modernizar o serviço público, e sim achatar o gasto com pessoal, abrindo espaço para a iniciativa privada onde hoje são serviços públicos que atendem a população.

A farsa do “combate aos privilégios”

A reforma se apresenta como um ataque aos “privilégios” do funcionalismo, mas essa narrativa é **enganosa e seletiva**. A própria justificativa oficial da reforma reconhece que o Brasil **não tem despesa excessiva** com servidores públicos e que apenas **0,06% recebem acima do teto constitucional**.

Mesmo assim, 1 em cada 4 brasileiros acredita que “todos ou a maioria” dos servidores ganham supersalários — percepção alimentada por um discurso político distorcido, que confunde a elite do funcionalismo com a base que sustenta os serviços essenciais.

Na realidade, metade dos servidores ganha até R\$ 3.300, valor distante dos salários frequentemente associados ao setor público.

Processo sem diálogo e diagnóstico sem conhecimento da realidade

A Reforma Administrativa foi conduzida sem diálogo efetivo com sindicatos e categorias do serviço público.

Houve apenas “escutas” formais e audiências concentradas em poucas semanas e sem apresentação do texto, sem participação vinculante e sem transparência sobre os impactos por carreira, ente e função.

Para um redesenho do Regime Jurídico Único e da estrutura de carreiras, o texto constitui **um vício de origem, ou seja, deve ser de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.**

No eixo da profissionalização, o relatório fala em “ineficiências” e “fragmentação de carreiras”, mas não apresenta dados concretos que comprovem a teoria. Não dimensiona o serviço público, não identifica causas estruturais nem comprova os problemas apontados.

Modelo de gerenciamento empresarial travestido de modernização

A Reforma incorpora, em sua estrutura, a lógica empresarial de gestão: metas anuais, acordos de resultados e **bônus variáveis substituem a política salarial permanente.**

O Relatório propõe quatro remunerações anuais para “cargos estratégicos”, sem impacto previdenciário, ou seja, o servidor não incorpora a remuneração e nem leva para a aposentadoria

Na prática, isso volatiliza a renda, aprofundando desigualdades internas e rompendo a isonomia.

O resultado é um Estado condicionado a metas de curto prazo, com **remuneração instável e subordinação das políticas públicas à lógica de produtividade empresarial** ou à lógica de decisões político partidárias. Quem perde: o servidor e a população.

Serviço público submetido à meta do corte de gastos e não do serviço prestado

Em vez de perguntar “quem está sendo atendido e com que qualidade?”, a reforma pergunta “quanto custa por unidade entregue?”. O foco desloca-se do direito para a eficiência fiscal.

Teto de gastos permanente

A reforma cria um teto específico para despesas de pessoal: a partir de 2027, a folha só pode crescer até 2,5% ao ano se a receita variar acima da inflação, do contrário, o limite será a inflação. É um arcabouço fiscal permanente, aplicado aos Poderes Legislativos dos Estados e Municípios e aos Poderes Judiciários, que engessa realidades distintas e reduz a autonomia orçamentária.

“Planejar” para impedir concursos

A abertura de concursos passa a depender de uma série de barreiras burocráticas:

- (i) estudo técnico com dados dos últimos 10 anos e projeção para os próximos 10 anos;

- (ii) comprovação de realocação e digitalização de processos;
- (iii) análise prévia de execução indireta — ou seja, verificar se é possível terceirizar antes de repor o quadro efetivo.

O próprio exemplo oficial do relatório admite a lógica de contenção: *após um diagnóstico, um órgão poderia repor apenas 1/3 das vacâncias com base em “ganhos de eficiência”.*

Tabela única de carreiras em todo o país

A reforma propõe que cada ente da Federação adote uma única tabela remuneratória para todas as carreiras e poderes, com salário inicial vinculado ao mínimo e final limitado ao limite remuneratório aplicável ao ente da Federação.

O discurso oficial é de “transparência” e “padronização”, mas o efeito real é nivelar por baixo, **eliminar diferenças legítimas** (como titulação e dedicação exclusiva) e reduzir a margem de negociação.

A proposta de reduzir o número de carreiras e ampliar a mobilidade entre órgãos é apresentada como “agilidade administrativa”, mas na prática dissolve a especialização técnica e substitui concursos específicos por remanejamentos internos.

O resultado é a perda da qualidade técnica e a promoção da mão de obra genérica e da descontinuidade dos serviços.

Metas: de instrumento de gestão a mecanismo de punição

A proposta, com metas de eficiência com base na realidade empresarial, abre risco de metas irreais e captura gerencial. Como o texto é genérico e centraliza a definição dos indicadores, áreas com resultados intangíveis tendem a ser punidas por métricas de “produtividade”.

A própria análise crítica alerta para punições indevidas e distorção de finalidades públicas quando a avaliação se reduz a indicadores de produtividade.

Acaba com o Pacto Federativo

A reforma impõe um molde único sobre realidades distintas. Ao limitar o número de secretarias municipais, padronizar o planejamento e centralizar a avaliação de políticas, **a União reassume competências locais**, apaga regionalismos e submete estados e municípios a uma cartilha nacional.

Isso afronta o pacto federativo, cuja forma é cláusula pétrea (art. 60, §4º, I), e desfigura a autonomia para organizar serviços conforme capacidades, prioridades e desigualdades de cada território.

Consequências para os serviços essenciais

Sem critérios bem definidos para estipulação de metas, **as propostas são lineares para contextos diversos**.

Exemplo: metas para toda a educação ignorando as desigualdades estruturais, que podem penalizar escolas em vulnerabilidade social. As consequências são a promoção do medo, a rotatividade e a piora da gestão.

Bônus e metas no lugar de salário

O chamado “bônus de resultado” substituiu o **reajuste estrutural por gratificações variáveis, sem correção inflacionária, não incorporáveis à aposentadoria e concentradas em “cargos estratégicos”**.

Sob o discurso de meritocracia, o bônus substituiu política salarial por incerteza, **trocando estabilidade por pressão permanente e avaliações subjetivas** da chefia imediata.

Progressão lenta, remuneração achatada

A PEC impõe ao menos 20 níveis de progressão e **limita o salário inicial à metade do valor final**.

Em vez de valorizar tempo de serviço, titulação ou experiência acumulada, o modelo uniformiza a progressão com base em degraus fixos, o que desestimula a permanência.

Estabilidade sob ataque. Avaliação como controle.

A avaliação periódica passa a ser condição para progredir e permanecer no cargo, **abrindo base legal para demissão por desempenho** (art. 41, §1º). Com critérios genéricos e metas definidas de cima para baixo, a avaliação deixa de ser instrumento formativo e vira mecanismo de disciplina gerencial.

FIM DOS DIREITOS

A PEC extingue quinquênios/anuênios, licença prêmio / assiduidade e a progressão exclusivamente por tempo. Também restringe conversão em pecúnia.

Cortes na insalubridade e periculosidade

A reforma revoga a concessão por carreira e exige perícia individual com prova de habitualidade e permanência. Em vez de proteger quem se expõe, cria um labirinto burocrático que eleva a negativa de adicionais justamente nas frentes mais críticas, como saúde e segurança pública.

Precarização em duas vias: temporários e terceirização

A reforma não fortalece o quadro efetivo. Ela normaliza temporários e prioriza terceirização, por mecanismos distintos.

Modernização seletiva: civis sob corte, militares fora

A reforma promete “acabar com privilégios”, mas poupa as Forças Armadas das mudanças centrais (tabela única, 20 níveis, metas e avaliação punitiva).

Enquanto o funcionalismo civil enfrenta achatamento e restrições, o gasto militar segue concentrado em pessoal e regras de pensão com benefícios herdados.

Extrato da cartilha sobre Reforma Administrativa de Autoria de

Deputada Luciene Cavalcante, Deputado

Carlos Giannazi e Vereador Celso Giannazi

Leia a cartilha completa [clikando aqui](#)

INFORME SINDILEX



DADA A LARGADA PARA SINDICALIZADOS

O Sindilex está em movimento! Lançou a **EQUIPE DE CORRIDA SINDILEX**, uma iniciativa que destinará até R\$ 800 anuais para cada atleta sindicalizado que participe em corridas oficiais!

🎯 **OBJETIVO:** Incentivar a prática esportiva e melhorar a qualidade de vida dos servidores da CMSP e TCMSP

💰 **BENEFÍCIO:** Cada atleta terá direito a R\$ 800 por ano + camiseta oficial da EQUIPE DE CORRIDA SINDILEX

👥 **VAGAS:** Até 20 atletas (10 da CMSP + 10 do TCMSP)

🕒 **PRAZO PARA INSCRIÇÕES:** ATÉ 24 DE OUTUBRO DE 2025

📋 REQUISITOS PRINCIPAIS:

- Ser sindicalizado ao Sindilex
- Participar de pelo menos 2 corridas por ano
- Usar uniforme oficial da EQUIPE DE CORRIDA SINDILEX
- Apresentar documentação comprobatória

Esta é mais uma forma do Sindilex cuidar do bem-estar de nossos sindicalizados. Saúde e qualidade de vida são nossas prioridades!



Interessado? Entre em contato conosco para mais informações sobre o cadastramento.



Lembre-se: as inscrições vão até 24/10/2025!

[Saiba mais clicando aqui](#)



A ACADEMIA
GAVIÕES 24H
**CHEGOU NA
TOTALPASS!**

OLÁ, TUDO BEM?

Uma das academias mais queridinhas de SP e do Brasil
agora está disponível na TotalPass para você treinar:

a Academia Gaviões 24h!



MAIS DE 60 UNIDADES
ESPALHADAS POR SÃO
PAULO E DIVERSAS CIDADES
DO BRASIL



**MAIOR SALA DE
MUSCULAÇÃO DO
BRASIL: 5.000 M²**
EM GUARULHOS



MODALIDADES VARIADAS:
MUSCULAÇÃO, ARTES
MARCIAIS, DANÇAS, CROSS
TRAINING, TREINO FUNCIONAL,
PILATES E MUITO MAIS



**FUNCIONAMENTO
24 HORAS, COM
FLEXIBILIDADE TOTAL
PARA TREINAR
QUANDO QUISER**

A rede Academia Gaviões 24h já está disponível para você
com unidades **a partir do plano TP1+, TP2 e TP3***, da TotalPass.

CASO QUEIRA **ENCONTRAR A UNIDADE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ**
PARA TREINAR E DESCOBRIR AS MODALIDADES QUE ELA OFERECE,
SEPARAMOS UM PASSO A PASSO PARA VOCÊ:

- 1 **ABRA O APLICATIVO DA TOTALPASS**
- 2 **NA ABA “EXPLORAR”, TOQUE EM “BUSCAR ACADEMIAS”**
- 3 **DIGITE “ACADEMIA GAVIÕES”**
- 4 **SELECIONE A UNIDADE MAIS PRÓXIMA DE VOCÊ**
- 5 **CONFIRA NA ABA “MODALIDADES” O QUE CADA UNIDADE OFERECE**
- 6 **PRONTO, SÓ FAZER CHECK-IN!**



»»» **AINDA NÃO TEM O
APLICATIVO DA TOTALPASS?**

Escaneie o QR Code ao lado
ou baixe em sua loja de
aplicativos.

Estamos muito felizes em trazer essa novidade para você!
**Aproveite tudo o que a Gaviões 24h oferece e inclua mais
saúde e bem-estar na sua rotina.**

**Verifique no aplicativo da TotalPass qual unidade está mais próxima, quais
modalidades ela disponibiliza e em qual plano ela se encontra.*

» VAMOS **TOTALIZAR**

TOTALPASS
FOCO TOTAL EM VOCÊ!



@totalpass



@totalpassbrasil

[Saiba mais sobre o Total Pass clicando aqui](#)

MASSOTERAPIA



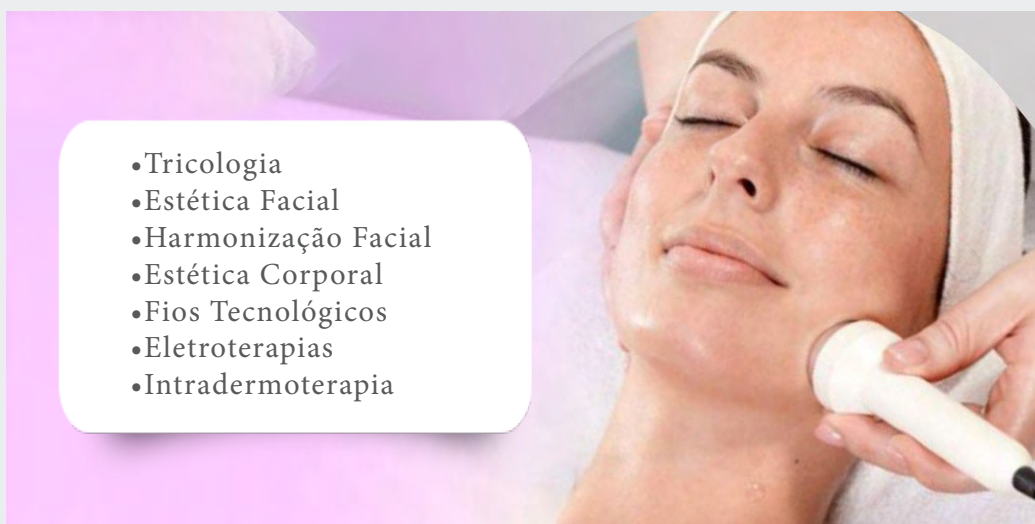
Melhores benefícios da *Drenagem Linfática*

1. Redução de inchaços e edemas;
2. Eliminação de toxinas acumuladas;
3. Melhora a circulação, contribuindo para uma pele mais saudável;
4. Alívio de dores musculares;
5. Redução da celulite ao melhorar a circulação e reduzir o surto;
6. Relaxamento e redução de estresse;
7. Fortalecimento do sistema imunológico;
8. Melhora a digestão, pois ajuda na movimentação do sistema digestivo

ESTÉTICA AVANÇADA

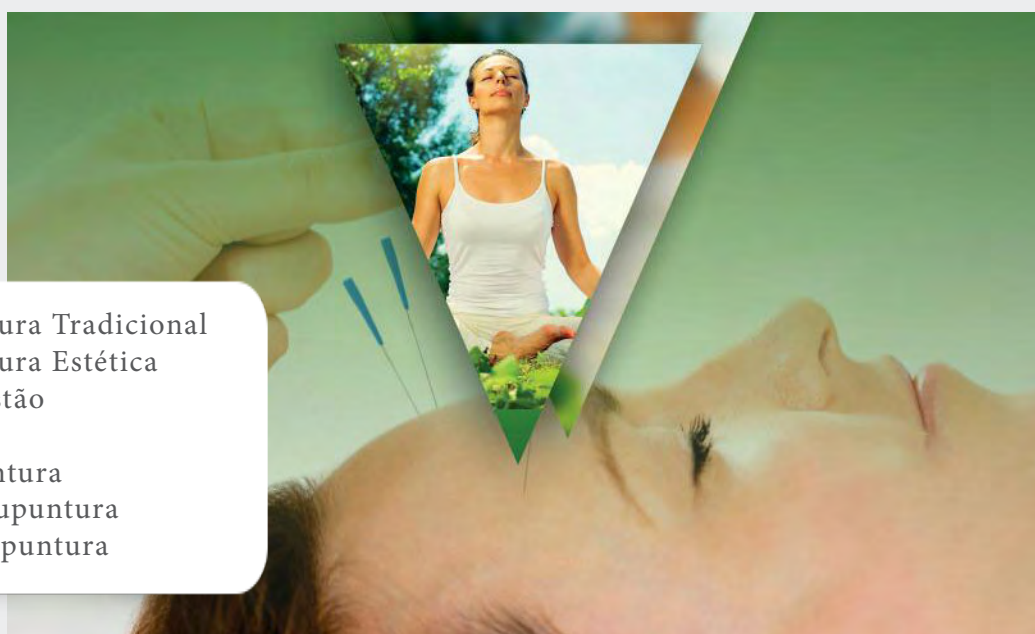
DRA. MARGARETE HAMAMURA

- Tricologia
- Estética Facial
- Harmonização Facial
- Estética Corporal
- Fios Tecnológicos
- Eletroterapias
- Intradermoterapia



MEDICINA TRADICIONAL CHINESA

- Acupuntura Tradicional
- Acupuntura Estética
- Moxabustão
- Ventosas
- Laserpuntura
- Eletroacupuntura
- Auriculopuntura



AGENDE SUA CONSULTA: (11) 3104.1023

ATENDIMENTO JURÍDICO



MARCOS LIMEIRA
SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Área de atuação



Administrativo
e Licitações



Contratos



Imobiliário



Trabalho



Obrigações



Família
e Sucessões



Consumidor
e Bancário



Tributário



Condomínios



Responsabilidade
Civil



Corpo Jurídico



Marcos
Antônio Batista Limeira

Graduado em Direito
pela Faculdade de
Fortaleza - FAFOR

Graduado em Ciências
Contábeis pela
Universidade Estadual do
Ceará - UECE

Especialista em Direito
Tributário



Bárbara
Lemos Pereira Leite

Graduada em Direito
pela Universidade de
Fortaleza - UNIFOR

Especialista em Direito
Processual Civil e
Direito e Processo do
Trabalho

Especialista em Direito
Bancário



Ana Lídia
Nogueira da Silva

Graduada em Direito
pelo Centro
Universitário ICESP -
UNICESP

Especialista em Direito
Imobiliário e Família e
Sucessões

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais